

INCÊNDIOS E LEGISLAÇÃO: UMA VISÃO MUNICIPAL

(<https://doi.org/10.47907/Incendios/ProtecaoAmbiental/AlteracoesClimaticas/2023/1>)

PAULO MANUEL TEIXEIRA MARQUES
Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva

A legislação, nomeadamente a relacionada com o setor florestal, e em particular a relacionada com incêndios, é essencial para a correcta implementação e gestão de um sistema adequado de prevenção e combate a esse flagelo que atinge todo o país e em particular as comunidades rurais do interior. As temáticas da protecção ambiental e das alterações climáticas têm assumido uma maior relevância, uma vez que estamos já a sentir os efeitos destas últimas e urge implementar medidas assertivas, com a maior urgência nestas áreas.

Os territórios do Interior Norte, devido às suas características particulares de desertificação, de abandono das propriedades, do minifúndio, são muitas vezes negligenciados no que diz respeito à produção de legislação. O desconhecimento da realidade do País Rural, por parte do legislador, leva em muitos casos a uma inadequação das leis a essa mesma realidade sendo consequentemente difíceis de implementar e, muitas vezes até, inexecutáveis. Estas situações chegam a criar entraves ao desenvolvimento de regiões como aquela onde nos inserimos.

A título de exemplo refere-se Cartografia de Perigosidade Estrutural 2020/2030 elaborada pelo ICNF para todo o território continental que veio substituir a Cartografia de perigosidade constante dos PMD-FCI.

O que neste caso se observou foi que, devido aos critérios utilizados na construção da mesma, os territórios do centro e norte interior viram-se “pintados” de perigosidade Alta e Muito Alta em percentagens exorbitantes que condicionaram, desde logo, todo e qualquer tipo de construção e, subsequentemente as hipóteses de os empreendedores e

cidadão locais de implementarem as suas actividades económicas e/ou construírem ou ampliarem as suas residências. Felizmente, e graças às pressões dos Municípios, deu-se um passo atrás para que essa cartografia fosse revista, havendo no momento a expectativa para a Cartografia de Perigosidade que nos apresentarão em Março de 2023.

Mesmo quando a legislação até é bem estruturada e devidamente enquadrada na realidade do mundo rural acontecem constrangimentos, devido ao desconhecimento da mesma, porque o Estado se demitiu do seu dever de extensão rural. Hoje em dia o desconhecimento das leis é notório principalmente entre as populações do interior porque a mensagem não chega até aos interessados.

Os Municípios têm vindo a ser sobrecarregados com cada vez mais funções que cabiam ao poder central e tem-se verificado um esvaziamento de quadros técnicos e uma consequente perda de conhecimento em instituições, que eram de referência, e começam a perder credibilidade junto dos cidadãos.

Não basta passar funções para os Municípios e considerar que no patamar nacional não há mais nada a fazer.

Tem que haver na retaguarda um apoio às entidades locais, por parte do Estado Central, de modo a dotar os técnicos municipais de conhecimento e ferramentas para melhor servir o cidadão, tornando-o mais informado das políticas existentes para que seja mais activo, colaborante e interventivo.

As ações como a que hoje acolhemos no concelho de Vila Nova de Paiva são deveras importantes e essenciais para a compreensão, apreensão e correcta aplicação por parte das entidades envolvidas em todo o processo.

É, naturalmente, motivo de orgulho para nós receber este evento de grande importância académica e científica, mas, acima de tudo, importante para ajudar a pensar na resolução dos problemas concretos das populações.

Vila Nova de Paiva está, aos olhos do legislador, pintado de vermelho. Nada aqui se poderá fazer, o que, obviamente, é inadmissível, inaceitável e não poderá acontecer.

Se temos um Concelho e uma Região desertificados, com escassa oferta de emprego, o mapa de perigosidade não vem ajudar, pelo contrário, vai definir ainda mais uma população sufocada pelos custos da interioridade.

Não nos resignamos e, por isso mesmo, sabemos que o caminho a trilhar é o do desenvolvimento, é lutar para que possamos ter uma floresta limpa, sim, fazendo o nosso trabalho na proteção civil e ambiental, mas esperando o retorno da parte do Estado.

E todos sabemos que um euro gasto num Município é muito melhor aplicado que pelo Estado Central. Felizmente esta é uma realidade já de alguma forma aceite.

Mesmo sem apoio fazemos o nosso trabalho, se tivermos algum apoio faremos muito mais, até porque só há verdadeira coesão territorial se pudermos olhar para o território como um todo, mas com as especificidades de cada um.

A floresta e os nossos territórios têm de passar da perigosidade para a oportunidade, da desertificação para a rentabilização dos nossos terrenos.

Só assim, só com este paradigma conseguiremos fazer baixar a perigosidade, baixar os custos com a prevenção e, acima de tudo, os custos com o combate aos incêndios.

Vejo o futuro com preocupação, mas, também, com esperança que olhando para o esforço diário dos Municípios, dos nossos técnicos e dos nossos meios, olharão para nós, não como uma mancha vermelha no mapa, mas como uma mancha verde de esperança, ambiente e vitalidade.